



EM 05/03/2013

Shohlin

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Protocolado Sob nº 236

Em 05/03/13

Henrikas
ENCARREGADO

PROJETO DE LEI Nº 036/2013

“INSTITUI A POLÍTICA DE
PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E
TRATAMENTO DO CÂNCER DE PELE
NO MUNICÍPIO DE MARECHAL
FLORIANO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso
de suas atribuições constitucionais faz saber:

APROVA

Art. 1º - Fica instituída a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do
Câncer de Pele no Município de Marechal Floriano.

Art. 2º - A Política prevista no art. 1º tem como diretrizes:

I – desenvolver ações fundamentais na prevenção e diagnóstico contínuo do
câncer de pele para todas as faixas etárias, direcionadas ao controle dos fatores e
condições de risco;

II – assistir à pessoa acometida do câncer de pele, com amparo médico,
psicológico e social;

III – evidenciar, por meio de campanhas anuais, a necessidade do auto exame,
conforme orientação do Instituto Nacional de Câncer – INCA e do Conselho
Federal de Medicina - CFM, e dos exames especializados na detecção do câncer
de pele;



Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

IV – promover debates sobre a doença com a participação de entidades ligadas à área da saúde, voltados para o controle e prevenção deste câncer;

V – promover a conscientização do dermatologista e demais profissionais de saúde, quanto à importância do seu papel na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de pele;

VI – estruturar rede hierarquizada de serviços relacionados à prevenção e controle do câncer de pele no Município de Marechal Floriano-ES;

VII – proporcionar o encaminhamento do paciente a um centro especializado para realização de biópsia, quando detectada lesão suspeita ou a um centro de referência no atendimento de pacientes oncológicos, quando confirmado o diagnóstico.

Art. 3º - As iniciativas voltadas à prevenção e diagnóstico do câncer de pele poderão ser organizadas em conjunto com entidades ligadas à área da saúde pública ou privada, bem como contar com o apoio das entidades de classe dermatológica.

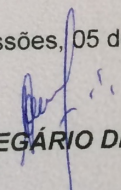
Art. 4º - O disposto nesta Lei acompanhará e fomentará as políticas já realizadas pelo Ministério da Saúde no combate ao Câncer de Pele e as implementadas pela sociedade civil organizada.

Art. 5º - Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo em 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013.


ALCINO OLEGÁRIO DINIZ NETO
VEREADOR